

Memórias sobre o trabalho infantil em cidades do agreste paraibano e pernambucano da década de 1950 até a década de 1970

Memories of child labor in rural towns in Paraíba and Pernambuco from the 1950s to the 1970s

Enviado em: 10 -10-2025

Aceito em: 08-06-2026

Annahid Burnett¹

Francisco Fagundes de Paiva Neto²

Resumo

O artigo objetivou analisar as narrativas de adultos, que trabalharam em ofícios diversos no campo e nas franjas de cidades do agreste paraibano e pernambucano entre as décadas de 1950 e 1970. A partir de aportes teóricos da História, da Sociologia/Antropologia, buscou-se avaliar essas diversas relações exploratórias sobre crianças e adolescentes, apesar de normas jurídicas e das representações da Justiça do Trabalho. Utilizou-se uma bibliografia específica sobre trabalho infantil e realizamos cruzamentos com fontes orais para dinamizar os estudos sobre a temática em questão. Concluiu-se, que algumas dessas modalidades de trabalho remanescem do período escravista, cuja permanência no tempo presente reflete os limites da legislação ante as tensões entre os costumes e as leis.

Palavras-chave: Trabalho infantil; Memória social; Economia moral.

Abstract

The article aimed to analyze the narratives of adults who worked in various occupations in rural areas and on the outskirts of cities in the hinterlands of Paraíba and Pernambuco between the 1950s and 1970s. Based on theoretical contributions from history, sociology, and anthropology, we sought to evaluate these various exploitative relationships involving children and adolescents, despite legal norms and representations of labor justice. We used a specific bibliography on child labor and cross-

¹ Pós-doutorado em Desenvolvimento Regional PNPDPGDRUEPB (2017-2021). Doutorado em Ciências Sociais (2014). Mestrado em Sociologia (2008). Atuação nas áreas de Sociologia do Trabalho, Sociologia Ambiental e Desenvolvimento Regional. E-mail: aburnett8@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9140-6919>

² Professor do Departamento de História/UEPB, Campus III. Associado B, tendo feito o doutorado na UFCG (Sociologia) e o pós-doutorado na UFPE (História). Desenvolve estudos sobre trabalhadores urbanos e rurais, sobretudo na Paraíba. E-mail: franciscofagundes@servidor.uepb.edu.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6150-4902>.

referenced it with oral sources to stimulate studies on the subject in question. It was concluded that some of these types of work remain from the period of slavery, whose persistence in the present day reflects the limits of legislation in the face of tensions between customs and laws.

Key words: Child labor. Social memory. Moral economy.

Introdução

Introdução

Com o objetivo de compreender as experiências de trabalho infantil entre os migrantes do agreste paraibano e pernambucano, realizamos uma pesquisa qualitativa assentada na metodologia da história oral na modalidade de trajetórias de vida. A abordagem permitiu acessar as memórias e significados atribuídos pelos sujeitos às suas experiências, permitindo uma visibilidade a protagonistas anônimos do mundo do trabalho frequentemente silenciados pelas fontes documentais.

A pesquisa foi realizada com trabalhadores da feira livre de Campina Grande/PB com origens rurais no agreste paraibano e pernambucano, que migraram para a cidade entre as décadas de 1950 e 1970. Foram entrevistados seis (6) narradores que identificados de A1 até A6, sendo selecionados a partir dos seguintes critérios: a) terem vivenciado o trabalho infantil no campo e na feira no período delimitado; b) terem migrado de áreas rurais para Campina Grande; c) disponibilidade para participar da pesquisa. Os participantes ajudaram-nos a compor uma rede de entrevistados, devido ao conhecimento mútuo no espaço da feira. As entrevistas com os migrantes permitiram uma análise sobre uma migração rural-urbana interestudual e intraestadual com o predomínio de migrações em cadeia (mediadas por redes de parentesco e vizinhança) e migrações por etapas (gradualmente, antecipadas por uma permanência temporária ou pela instalação em uma periferia).

Realizamos entrevistas semiestruturadas entre os meses de outubro de 2017 e maio de 2019. Após as gravações, foram transcritas e organizadas em três eixos: trabalho infantil, migração e reprodução familiar. Analisamos as trajetórias cruzando a perspectiva biográfica com ênfase nas trajetórias, acentuando as diferentes alocações e práticas sociais dos entrevistados, bem como pela triangulação com a bibliografia especializada, a legislação trabalhista e as políticas voltadas para a infância no período. Preservamos o anonimato dos entrevistados pela identificação alfanumérica, inclusive para evitar temores com relação a dados sensíveis dos narradores. Nas transcrições, mantivemos as expressões regionais e as variações linguísticas originais para garantir dados históricos sobre os falares locais.

As práticas de trabalho infantil e reprodução familiar

A legislação social voltada para o trabalho das crianças e adolescentes possuiu mais efetividade nas áreas urbanas desde que foi instaurada no Brasil. A razão histórica da introdução dos direitos das crianças e dos jovens trabalhadores tem uma relação com a tentativa de atender às normas internacionais, que manteria um nexo com a Organização Internacional do Trabalho, especialmente nas áreas urbanas das capitais de economia mais pujante no país. Em detrimento desse fato, nas capitais de estados de economia periférica, a fiscalização dessa modalidade de trabalho foi mais frouxa. Contudo, considerando os limites históricos referentes à legislação trabalhista para os trabalhadores do campo, a condição camponesa, na qual os filhos são os auxiliares dos trabalhos dos pais, tende a ser uniformizada em todas as regiões do Brasil. Assim sendo, os genitores recebiam os pagamentos pelas jornadas realizadas para a garantia da reprodução familiar.

Neste artigo, deteremos a nossa avaliação ao trabalho infantil no campo e, por extensão nas feiras do agreste paraibano e pernambucano, pois, nesses espaços comerciais a produção agrícola possui um nível distributivo, sintonizando campo-cidade. O nosso corte cronológico foi estabelecido entre as décadas de 1950 e 1970.

A associação direta pautada com relação a esse padrão laborativo entre os menores é ligada a uma diversidade de formas, chegando às franjas dos centros urbanos, a partir do trabalho de moradores, sitiantes ou de meeiros, que dirigiam parte da produção às feiras, para obter recursos para suprir outras carências familiares.

A partir dessa contextualização, problematizamos como se deu o trabalho infantil em áreas do agreste paraibano e pernambucano da década de 1950 até a de 1970, a partir das memórias desses protagonistas anônimos, responsáveis pelo abastecimento de gêneros para o autoconsumo ou para sustentar a dinâmica comercial nas feiras.

Inicialmente, faremos uma exposição sobre as modalidades de trabalho infantil na sociedade brasileira entre as décadas de 1950 e 1970. Em um segundo momento, abordaremos as memórias dos nossos narradores sobre as experiências durante a infância em um processo migratório.

No corte temporal do artigo, destacaremos produções que referenciaram as condições históricas de exploração do trabalho infantil em algumas áreas do Brasil. A investigação de Dabat (2003) com trabalhadores nascidos entre as décadas de 1930 e 1950 destacou a presença de relações de produção canavieira associadas à cessão de uma terra para os moradores. Esse tipo de investidora patronal a trabalhadores de

confiança de pedaços de terra para morada e produção de gêneros tinha como objetivo complementar as condições de abastecimento para o coletivo de trabalhadores do engenho. De acordo com Dabat (2003):

A lógica da organização capitalista, ou seja, a vontade de lucro dos empregadores e a rude herança escravista nas relações de trabalho produziam um quadro de exigências e normas inflexíveis no exercício da profissão de canavieiro. Eram aplicáveis a todos os envolvidos no trabalho braçal, independentemente de idade ou sexo (Dabat, 2003, p. 387).

Os estudos de Linhart (1981) apontaram para as relações de trabalho nos canaviais pernambucanos na década de 1960, durante o governo de Miguel Arraes (1963-1964), quando os canavieiros tiveram uma série de direitos sociais reconhecidos, amenizando os impactos históricos sobre essa categoria laborativa desde os tempos da escravidão. A pesquisa de Linhart (1981) acentuou a prática do barracão, com a venda de artigos básicos por preços excessivos, gerando uma condição de semiescravidão, além do trabalho infantil, como o trabalho excedente e invisível.

A condição de pobreza rural e as implicações sociais decorrentes constituem as relações sociais exploratórias sobre os camaradas, os moradores, os meeiros, os arrendatários, os foreiros, dentre outras categorias laborativas.

Em pouco mais de um ano de governo, Arraes efetivou reformas que refletiram no poder de compra dos trabalhadores, limitando ainda as ações policiais nos conflitos no campo. Comumente, as classes dominantes canavieiras influíam nas polícias, bem como faziam uso de pistoleiros e capangas para garantir a coação sobre os trabalhadores rurais.

Algumas estratégias do governo Arraes para o campo foram a organização de assembleias de base, de campanhas educativas e de núcleos cooperativistas. Merece destaque a ocorrência de uma greve de 200 mil canavieiros em novembro, que durou três dias, sob violência patronal, mas que resultou no Acordo do Campo (1963). Com essa negociação, ocorreu o retorno imediato dos grevistas aos postos de trabalho, a partir do aumento de 80% nos salários, férias remuneradas, eleição de delegados para fiscalizar o cumprimento do pacto, manutenção dos postos de trabalho dos grevistas e pagamento dos dias parados, além da assinatura das carteiras de trabalho de todos os canavieiros em no máximo 60 dias.

Por enfatizar a rigorosa aplicação dos direitos trabalhistas no campo, os empresários rurais associaram-se aos golpistas, que em 1964 fizeram retroceder essas

aquisições de direitos dos camponeses em Pernambuco. As classes dominantes agrárias temiam a reforma agrária e o avanço de reformas trabalhistas.

As condições exploratórias sobre as famílias camponesas, a partir da própria relação de produção, que envolvia pais e filhos na lida. Segundo Neves (2001):

A violência que incide sobre as crianças é produto do baixo e irregular valor do salário, do desgaste prematuro dos pais, mas também do abandono institucional, que viabiliza o acúmulo das dificuldades e atribui ao salário finalidades às quais ele está longe de contemplar (Neves, 2001, p. 172).

As relações inter-regionais estabeleceram a necessidade de uma divisão do trabalho, como a ausência ou uma precária legislação trabalhista no campo para os camponeses adultos. Mas, quando nos deparamos com as condições dos menores, temos um diagnóstico de mecanismos sociais de reprodução dessa mão de obra como suplementar, complementar e substitutiva dos trabalhadores mais velhos como prática cultural e econômica por gerações. Conforme Guimarães (2011):

O trabalho infanto-juvenil rural é aquele que se utiliza da mão-de-obra de crianças e adolescentes e ocorre, principalmente, na região Nordeste. Isto se deve ao fato de que a maioria das famílias trabalham por produção, ou seja, o ganho final depende de quanto se conseguiu produzir. Assim o trabalhador rural arregimenta toda a sua família para participar do processo produtivo. Via de regra, como os contratados são os pais, essas crianças e adolescentes acabam por ficar à margem dos benefícios trabalhistas e sociais. (Guimarães, 2011, p.31)

As agruras da existência desdobraram-se entre esses trabalhadores e os filhos menores. Mesmo assim, crianças e jovens esboçaram a ludicidade diante das jornadas de trabalho e da ausência de tempo para o lazer ou atividades escolares. Não raramente, encontramos nas áreas rurais, litorâneas ou citadinas as crianças imitando algum ofício familiar. Segundo Santana (1998), em uma pesquisa realizada na Bahia:

Neste universo cultural em que os homens compartilham a “fatura”, a “ventura” e as brincadeiras, o mundo da criança imbricava-se objetivamente com atividades referentes aos trabalhos dos adultos e à natureza. Meninos e meninas seguiam solidários aos pais nas lidas da preparação da terra para o plantio até a colheita das roças (Santana, 1998, p. 54-55).

O ingresso precoce no mundo do trabalho foi comum em diversas regiões do país, demonstrando uma fragilidade perante a legislação ou o uso de recursos extralegis

como simulacro de uma legalidade. Considerando a proposta que apresentamos com uma temporalidade referente às décadas de 1950 e 1970, resta-nos expor as ideias sobre a questão do controle social e disciplinar dos trabalhadores com um planejamento institucional para formação de “cidadãos de bem”, ou seja, daqueles que se submetessem aos padrões ideológicos e normativos das classes dominantes. Essas relações ocorriam tanto na cidade quanto no campo. A criança relacionada ao mundo do trabalho e da desigualdade social deveria ser induzida pela instituição familiar ou pelo Estado, garantindo os níveis e subníveis de exclusão e de concentração de renda. Como um planejamento estratégico desse quadro:

A Doutrina da Situação Irregular³ conseguiu alcançar um parâmetro jurídico e institucional representativo do caldo histórico da cultura paternalista, autoritária, que olhava para a pobreza como uma patologia social, promovendo uma resposta assistencialista, vigilante, controladora, repressiva e autoritária, com uma burocracia estatal que se relacionava com um universo desprovido, segregado, onde a criança era vista como problema social, um risco à estabilidade, às vezes até uma ameaça à ordem social; para a afirmação da concepção burguesa de sociedade exaltava a ideia de cidadão de bem, do bom menino domesticado e institucionalizado; servil aos interesses capitalistas de mercado. (Custódio; Veronese, 2009, p. 68).

Podemos inferir que a naturalização do trabalho infantil nas áreas rurais e nas áreas urbanas, especialmente as periféricas, possuiu um grau de continuidade entre as práticas costumeiras estabelecidas, a ideologia do trabalho e o controle social. Assim, a pobreza garantiu aos potentados rurais a capacidade de manter espaços da economia moral paternalista, enquanto na área urbana, ficou sob o aparato jurídico, policial e da reprodução familiar, com uma maior diversidade no âmbito da divisão social do trabalho.

Assim, a legislação existente sobre o trabalho infantil já existia, contudo em uma área de economia frágil e de severo controle social dos proprietários de terra sobre os empregados e seus filhos. O Decreto no. 1.313/1891 estabeleceu o trabalho infantil a partir de 12 anos, tendo essa legislação sido consolidada pelo Código de Menores de 1927 (Decreto nº 17.943-A). O crescimento do ingresso de menores no trabalho entre as décadas de 1940 e 1950 foi ampliado de 3,7 para 4,1 milhões (Madeira, 1975). Essas condições históricas demonstram os limites ou a ineficácia das leis em questão, comprometendo a proteção legal. Ademais, no período histórico em questão, em que pese as relações do Brasil com organismos internacionais como a Unicef, a partir de um

³ Herdeira da aplicação do Código de Menores da história republicana foi substituída pela ideologia da produção integral, através do Estatuto da Criança e do Adolescente, que somente foi promulgado em 13 de julho de 1990.

primeiro programa de cooperação com o governo brasileiro, efetivamente teve uma direção mais voltada para questões como nutrição e saúde, ignorando o problema estrutural e cultural do trabalho infantil.

O contexto histórico possui um caráter unificador da condição dos trabalhadores rurais e, por extensão, dos menores trabalhadores: a Consolidação das Leis do Trabalho não priorizou os trabalhadores rurais. Pesquisadores como Ribeiro (2008) e Dezemone (2009) demonstraram os limites do governo Vargas de 1930 ao Estado Novo quanto aos camponeses, que demandaram direitos como terra, insumos, dentre outros, mas obtiveram apenas alguns recursos materiais como ferramentas. As demandas por terras não foram atendidas, pois implicavam a ruptura com as famílias e as tradições locais, devido aos eventuais deslocamentos para as áreas incluídas na “Marcha para o Oeste”. Posteriormente, com a volta de Getúlio Vargas à presidência, o contexto político da Guerra Fria deixou o governo sob o crivo de grupos sociais conservadores, dentre eles os militares, que temiam uma aproximação do presidente com a “Cortina de Ferro”, devido às posições nacionalistas. As pressões externas relacionadas às movidas por quadros da UDN implicaram no suicídio de Getúlio Vargas (Ferreira; Delgado, 2003).

Entre 1946 e 1964 o Brasil passou por profundas transformações sociais e econômicas. O Estado fomentou um processo acelerado de industrialização, sobretudo no governo de Juscelino Kubistchek (1956-61), porque o Plano de Metas impulsionou a indústria de base e uma nova “Marcha para o Oeste”, que resultou na construção de Brasília. Esse processo desalojou camponeses e suscitou migrações para os médios e grandes centros urbanos motivados pela busca por trabalho e melhores condições de vida.

De 1950 a 1960 ocorreu um crescimento da população urbana de 36 para 45%, enquanto o crescimento urbano se ampliou para 5,22% na década posterior (Costa, 1988). A região Nordeste enfrentou um êxodo relacionado à pobreza, concentração fundiária e secas, que impactaram a região agreste e o litoral com migrações internas. Cerca de 11 milhões migraram do campo para cidade nacionalmente na década de 1950, sendo cerca da metade deles nordestinos. No caso da Paraíba, destacamos que Campina Grande recebeu uma fração desses migrantes, articulando com esses trabalhadores a produção agrícola nas áreas periféricas do município com o abastecimento de gêneros no compartimento da Borborema (Silva, 2012).

No plano político entre 1954 e 64 o contexto foi turbulento desde o suicídio de Getúlio Vargas, as quarteladas golpistas no governo de Juscelino Kubitschek (1956-61), a brevidade do governo de Jânio Quadros (1961) e a crise política do governo João Goulart em estágios até o golpe de 1964, devido as tensões entre nacionalistas/reformistas e conservadores alinhados ao imperialismo norteamericano (Martins Filho, 2021).

Outro marco substancial para avaliarmos a questão do trabalho infantil diz respeito ao período do golpe civil-militar de 1964. Durante os governos militares até o fim do regime, encontramos a perpetuação das condições de manutenção do trabalho infantil, a exemplo da concentração de renda, repressão estatal às organizações políticas e ausência de políticas efetivas de reforma agrária. O trabalho infantil permaneceu como uma prática naturalizada e necessária à permanência das parcas rendas das famílias camponesas, sob maior controle e repressão (Dreifuss, 1981).

Memórias sobre o trabalho infantil e processo migratório campo-cidade

As relações sociais de trabalho envolveram os trabalhadores e, por extensão, os filhos menores nas lidas cotidianas. O trabalho dos menores era visto como uma dimensão da economia moral paternalista na qual os filhos deveriam auxiliar o ofício dos pais, que recebiam a remuneração inerente à reprodução social familiar. A economia moral paternalista persistiu em engenhos e fazendas, sob a lógica de que se um patrão concedia a moradia a um morador (Norte/Nordeste) ou colono (Sul/Sudeste), poderia gozar da contrapartida dos subalternos com relação a trabalhos não remunerados ou da inclusão da mão de obra infantil no auxílio ao trabalho dos pais (Cândido, 2017).

Por essa razão, nas áreas de dominação colonial de Portugal e Espanha nas Américas, encontramos expressões da memória social em cânticos, narrativas populares e poemas nos quais as crianças expressam não gozar dos brinquedos, pois trabalham⁴. Com tantas relações de produção, sobretudo no campo e com alguns prolongamentos às áreas periféricas urbanas, encontramos crianças, que, para sustentar a vida da família, precisam acompanhar os pais nos ofícios. Para Neves (2001, p. 151):

⁴ Estamos nos referindo aos sambas (como “Menino das laranjas” de Elis Regina ou “Minha história” de João do Vale); aos boleros (como no caso de “Lamento boricano” de Rafael Hernández, Porto Rico), as tonadas (como “Tonada da luna llena” de Simón Díaz, Venezuela) e a canções (como “Yo no estoy listo” de Miguel Rojas, Costa Rica), dentre outros.

Tanto no sistema de escravidão como no da parceria, que o sucedeu, o trabalhador se agregava como progenitor. Ele assegurava assim a força de trabalho extraordinária para momentos de pico produtivo (a colheita e o transporte da cana-de-açúcar das unidades agrícolas para as unidades fabris). Além disso, garantia a socialização dos futuros trabalhadores. Sob o assalariamento massivo, forma predominante de vinculação da força de trabalho no contexto da interdependência entre agricultura e indústria, especialmente utilização intensa de instrumentos mecanizados no processo de trabalho agrícola, o uso do trabalho de crianças e jovens continuou a operar como recurso de imobilização da força de trabalho. (Neves, 2001, p. 151).

Para desvelar essas relações sociais exploratórias, empreendemos como estratégia metodológica a realização de entrevistas semiestruturadas, que foram gravadas, transcritas e organizadas pela dinâmica temática do trabalho infantil. Realizamos a identificação dos nossos narradores por um critério alfanumérico: A1, A2, A3, A4, A5 e A6. Construimos uma rede, que surgiu por uma indicação de alguns dos participantes, devido ao conhecimento mútuo no espaço referente à feira, onde desenvolvemos o trabalho de campo. A quantidade de entrevistados deve-se à questão geracional e às possibilidades de entrevistas, porque alguns dos migrantes dessa geração não mais estavam trabalhando com essas atividades, devido ao envelhecimento ou morte.

O nosso estudo realizou-se com a metodologia de cruzamento da perspectiva biográfica com ênfase às trajetórias, considerando as diferentes alocações e práticas sociais, entre trabalhadores da feira, que passaram por uma experiência comum: a origem rural e o processo migratório para as franjas da cidade de setor de serviços mais dinâmico do agreste paraibano, Campina Grande-PB. Sobre a relação e o sentido da microanálise com o viés biográfico e da trajetória, Karsburg (2015) destacou:

Ainda que não seja regra, a biografia costuma seguir o sujeito do “nascimento à morte”, ou, ao contrário, da morte ao nascimento. Não é vedado ao pesquisador privilegiar este ou aquele período da vida do biografado, mas, por princípio, a biografia deve contemplar a totalidade da vida do indivíduo, problematizar os vários momentos da existência. A trajetória, por seu turno, não tem por obrigatoriedade abordar toda a vida do sujeito; antes, procura centrar as análises num período determinado (Karsburg, 2015, p. 33-34).

Deste modo, pela trajetória desse agentes, tivemos como analisar as entrevistas e as mudanças de contexto social. A origem rural dos narradores remeteu para um espaço geográfico nevrálgico, cuja capacidade de ascensão social mobilizou muitas famílias à migração, devido às oportunidades de negócio, de escolarização e de empregos no setor privado ou público.

No espaço da feira livre expusemos aos entrevistados a nossa preocupação com os registros sobre as trajetórias laborativas atinentes à vida de cada um deles. O trabalho de campo exigiu-nos uma sincronização com relação à disponibilidade de concessão das entrevistas, a partir de uma apresentação prévia das nossas intenções para realizar a pesquisa. As entrevistas foram estabelecidas com o padrão semiestruturado. O nosso intento foi analisar como se efetivou o trabalho infantil entre os migrantes do campo entre as décadas de 1950 e de 1970 na cidade de Campina Grande, que na década de 1950 já despontava no cenário regional como um polo econômico, quer pela produção primária (algodão, mandioca, batata inglesa, milho, agave e fumo), quer pelo setor secundário, pois a atividade industrial e um comércio em expansão. Na década de 1950, a Paraíba possuía duas capitais: João Pessoa, a administrativa, e Campina Grande, a financeira (Montenegro, 2003).

Por razões de expectativa de vida e de uma relação com a dinâmica econômica, estabelecemos os migrantes chegados a Campina Grande entre as décadas de 1950 e 1970 para obter resposta à problemática sobre como se deu o trabalho infantil na cidade nesse período. Priorizamos uma microescala de análise com o objetivo de compreender a dinâmica migratória campo-cidade, pois privilegiamos o agreste pernambucano e paraibano. Por fim, mantivemos nas transcrições as expressões regionais e as variações linguísticas dos entrevistados.

A opção pela metodologia da história oral fez parte do percurso da nossa pesquisa para adensar o espectro analítico para além dos documentos oficiais ou das pesquisas afastadas das vozes populares, que tantas vezes são inaudíveis pela feitura de análises de um trabalho de gabinete. Assim, elegemos a possibilidade da relação dialógica com os narradores, motivo pelo qual nos pautamos na avaliação de um teórico, que considerou:

A história oral, então, é primordialmente uma arte da escuta. Mesmo quando o diálogo permanece dentro da agenda original, os historiadores nem sempre estão cientes de que certas perguntas precisam ser feitas. É comum, aliás, que as informações mais importantes se encontre para além daquilo que tanto o historiador quanto o narrador consideram historicamente relevante (Portelli, 2016, p. 10).

A partir de agora, abordaremos as memórias dos entrevistados. O primeiro narrador rememorou a sua experiência com o trabalho como fruto de uma incursão para desvelar a desconhecida cidade de Campina Grande-PB, visto viver numa cidade das cercanias e não conhecer a urbe tida pelos “matutos” (ou seja, pelos que vivem nos

matos ou matas) como uma “cidade grande”. Conforme as memórias sobre a infância e a iniciação ao trabalho:

Eu cheguei na feira com 11 anos de idade e tô aqui até hoje com 65 anos de idade, bem dizer 66 anos. Bem dizer que me criei na feira e da feira criei meus fi e paguei a universidade de minha esposa [...]. Eu logo numa aventura de menino juntei com uma ruma de outro e fui de bicicleta para Campina. Nunca tinha ido numa feira, não. Aí gostei. Era um sábado. Aquele movimento de gente, né? [...]. A gente tinha roçado em Lagoa Seca. Mãe que cuidava, era caprichosa, mas era mais para gente ter o que cumê. Fome não passei, não. Acabou – se que todo sábado eu vinha pra feira, mas saía mais cedo pra dar tempo de pegar o almoço em casa. E fui guardando dinheirinho de carregar os balaio [...]. Eu ganhei confiança, né? Dos outro feirante [...]. Eu fiquei ajudando Seu Dida, pastorando, né? [...] Seu Dida já de idade botou eu pra ficar na frente da tarimba e eu ia avisando aos clientes os preços, né? E quando queriam levar o feijão, o milho, a farinha, até sabugo tinha, aí eu avisava a Seu Dida que cobrava e despachava o freguêis (Entrevista concedida por A1, em 8 de maio de 2019).

Segundo o narrador, temos indícios de uma traquinagem infantil, que em uma rede de apoio mútuo levou um grupo de crianças a desvelar uma feira, em um dia de grande movimento. A partir daí, destacou haver adotado uma prática sazonal de trabalho na feira nos sábados, enquanto nos demais dias da semana auxiliava a mãe no roçado. O fato de morar na periferia, que era uma faixa rural na fronteira dos confins de outro município, permitiu essa duplicidade de atividades. Nos sábados, se tornou um carregador de balaio, chegando à condição de pastorear uma banca para evitar furtos de alimentos, bem como anunciar os preços dos produtos e encaminhar os clientes ao dono da banca para finalizar a aquisição dos víveres. Retomou as memórias sobre o trabalho na feira:

Olhe, era bom naquele tempo! A feira tinha muita gente e de um tudo. Vinha pobre e rico. A pessoa comia, bebia, cortava cabelo, fazia os bigode, tudo mesmo e sem aperreio. Os apurados era bom [...] A verdade é só uma: pai e mãe vieram para feira adespóis que eu vim. Eu ajudava em casa porque eu queria, né? Não faltava o que cumê, não, mas eu dava dinheiro pra mãe comprar um vestido novo, um pedaço de carne pru domingo, uma lavanda, essas coisas. Mas dizer que era obrigado, era não. Eu não estudei, melhor vir trabalhar, né? Aqui virei homi. Com os ensinamentos de casa, sempre respeitando os mais velho e honrando os compromissos. Porque na feira palavra vale mais que dinheiro, pode acreditar! Era bom ter dinheiro no bolso. Era e é, né? Hoje tenho luxo de ficar dia de domingo vendo tv, cumê arroz de leite com galinha matriz, encho o bucho e descanso sem preocupação de nada, sem medo de cobrador e polícia na minha porta. (Entrevista concedida por A1 em 8 de maio de 2019).

O narrador destacou que a circulação de dinheiro representou um sentido de emancipação diante de uma vida rural estancada. Essa condição de trabalho e acesso

ao dinheiro permitiu a aquisição de alimentos e produtos como roupas e perfumes para a mãe. O trabalho representou uma iniciação ao *ethos* adulto, enquanto negação da própria infância, como um tempo de brincar ou estudar. Contudo, essa narrativa também espelha algumas experiências comuns em áreas rurais do Nordeste nesse período histórico: a relação de uma brincadeira com a profissão a ser exercida, que tende a ser a obtenção da herança de um saber-fazer familiar ao herdeiro; o estudo como um processo de obtenção de recursos materiais a médio ou longo prazo; e, por fim, o ingresso no trabalho com fator de credenciamento comunitário/social nos quadros da obtenção do respeito individual-familiar reconhecido coletivamente. Ou seja, quando o narrador disse: “Aqui virei homi”, demonstrou a experiência de um rito de passagem, que marca a transição para a vida adulta masculina. Essa visão do trabalho precoce constitui a identidade popular masculina aos valores de disciplina, responsabilidade e honra (Ferreira, 2010).

Porém, essa dinâmica relacionou-se com a tentativa de suprimir a pobreza rural pela via da integração precoce ao mercado de trabalho. A análise da narrativa reportou-nos à relação da feira e, posteriormente, do Mercado Central de Campina Grande, que se tornou um centro de negócios ao ar livre, onde eram comercializados produtos vindos das áreas litorâneas, agrestinas e sertanejas da Paraíba, mas também com o agreste pernambucano. A feira era o corredor pelo qual passavam diversas categorias profissionais de uma divisão do trabalho rural e urbano: tropeiros da Borborema, matutos, pequenos agricultores, feirantes (que se associavam às rotas das feiras da Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco) e motoristas de mistos⁵. As memórias do senhor A1 afirmam a perspectiva de escalas do rincão periférico ao mais moderno, nos limites históricos regionais, contudo sintonizam uma dinâmica oculta pela centralidade do desenvolvimento local.

A narrativa do entrevistado desnuda experiências de trabalho infantil, que, na nossa avaliação, não foram devidamente apreciadas pelas autoridades da época, sobretudo do judiciário, dado o isolamento geográfico ou a sazonalidade de curta duração da feira. Por conseguinte, defendemos mais uma vez a metodologia da história oral para lançar mais luz nesse lusco-fusco. Segundo Portelli (2016):

A história oral, então, junta a história vinda de cima e a história vinda de baixo em um mesmo texto — em uma mesa de negociação — criando um diálogo igualitário entre a consciência que os historiadores têm dos padrões espaciais e temporais mais amplos e a narrativa

⁵ Os mistos eram caminhões semelhantes aos paus de arara, sendo que faziam percursos de menor distância, sobretudo os caminhos de ida e vinda às feiras.

pessoal, mais pontualmente focada, do narrador local (Portelli, 2016, p. 150).

No caso do entrevistado A1, notou-se que o seu contato com a feira se deu pela sedução de conhecer uma “cidade grande”, que tinha um caráter febril e espasmódico: a quantidade de pessoas em deslocamento, deixando e levando mercadorias, difundindo e recebendo costumes, etc. O entrevistado percebeu que poderia também trabalhar ali e, honestamente, ascender socialmente, com possibilidade de melhores condições de vida, em relação as dos próprios pais, que até então, tinham proporcionado a ele e a seus irmãos as condições de sobrevivência.

O “matuto” que nunca estivera em uma “cidade grande”, viu-se “formando homem” no espaço da feira, em meio a tantos transeuntes com origens étnicas e sociais diversas. É preciso ter em mente o período, qual seja, o nascimento do entrevistado em 1953, foi uma fase de uma taxa nacional de analfabetismo na ordem de 52% (Bomeny, 2019, s/p). Esse dado suscita reflexões sobre a relação das crianças com o trabalho e os limites da vida escolar, demarcados por uma matemática elementar e o ensino da língua portuguesa em um letramento básico.

Na sequência das entrevistas, o narrador A2 mencionou a experiência do trabalho na feira, que parece haver sido um espaço de iniciação de muitos meninos e adolescentes ao mundo do trabalho no agreste paraibano, desprovido de indústrias e de um setor de serviços mais dinâmico. Este narrador apontou para as condições de moradia em um assentamento urbano na periferia de Campina Grande, que historicamente recebeu populações provenientes de migrações internas e, por ser mais fácil a ocupação do solo, pois os terrenos eram mais baratos ou ocorriam ocupações, a despeito de se saber quem era o proprietário da área. Ao ser indagado sobre como deu início à vida profissional, nos narrou:

Eu tenho 69. Eu fiz até o quarto ano primário. [O sr. é de onde?]. De Esperança. Vim pra cá era criança, aí fui crescendo e comecei a trabalhar aqui na feira, ajudando aqui; aí fui arrumando, arrumando, arrumei um trocinho e comprei esse ponto aqui à prefeitura (...) Era dezessete [filhos]. Tive dezesseis irmãos, mas hoje só tem cinco. De uma véia só e de um véi só. Quer dizer, de um véi eu não sei. O véi viajava muito [...] Eu tinha ano e pouco quando vim pra Campina. Foi. Vim morar ali no Santo Antônio. [...] eu morava aqui, criança, aí vinha ajudar os outros pra ganhar um troquinho, aí vinha e me acostumei aqui. Devia ter uns oito ou dez anos quando comecei. Eu ajudava a vender banana, com Abel da banana; tinha um homem que chamava Abel da banana, é irmão de João da farmácia; não tem a farmácia ali?! Comecei a ajudar ele a vender banana, aí depois fui vendendo cereais na carroça como ambulante. Na época tinha feira, a gente vendia, ganhava dinheiro, mas hoje quem vim pra cá não arruma mais não; era numa carroça, depois eu aluguei dois pontos, esses dois aqui; aí

depois.... [...] Comecei a negociar no box alugado aqueles dois ali; cada porta dessa é um; aí eu aluguei aqueles dois, depois de um tempo eu comprei (Entrevista concedida por A2 em 8 de maio de 2019).

Essa narrativa do narrador A2 convergiu com a do narrador A1 no aspecto de crianças e jovens serem engajados no trabalho como ajudantes de proprietários de bancas. Essa modalidade de trabalho reporta-se ao fato de famílias oriundas de áreas rurais ou periféricas (vale salientar que o local de moradia era nas franjas do município, tendo características de sítios ou matas), que careciam de obtenção de rendas pelo envolvimento dos membros na luta pela subsistência, devido às constantes viagens paternas. Na continuação da entrevista, A2 afirmou a condição de pobreza e precariedade:

Eu ajudava os outros, estudava mas não aprendi nada porque fi de pobre, com dezessete irmãos... entendeu? Naquela época não é que nem hoje que o aluno tem, que vai pra colégio, tem comida, tem livro, tem farda, tem tudo. Naquela época nem farda tinha. Era pá... uma vez eu fui desfilar no circo operário ali no Zé Pinheiro e minha mãe teve que fazer uma luva de pano porque não tinha dinheiro pra comprar a luva. Era tempo atrasado. Era... eu levava frutas, eu trabalhava ajudando e eles me davam um troco e quando eu ia embora eles me dava dois cento de banana; na época era duzentas bananas; hoje não se dá mais, mas na época era (Entrevista concedida por A2 em 8 de maio de 2019).

Como ocorre ainda hoje em feiras do Nordeste, o narrador afirmou que recebia parte do pagamento pelo trabalho realizado em dinheiro ou em gêneros, neste caso, bananas. As relações com os estudos foram suprimidas pela necessidade mais imediata com ganhos obtidos no trabalho e pela socialização em um espaço laborativo, que permitiu a alocação de um nicho na hierarquia da dinâmica econômica:

Eu estudei... parece até dezessete/dezoito anos, quando fiquei de maior aí eu não quis mais, não; a escola era de manhã; eu ia pra escola e vinha pra cá, mas mais porque aqui, na época, eu era criança, só vinha no sábado para ajudar que era o dia da feira grande, sexta e sábado; durante a semana eu estudava e não vinha nem aqui. Não, não. Eu deixei a escola porque era preguiçoso; eu tenho irmão que se formou professor, tenho um bocado de irmão que estudaram, mas tem um monte também que estudou pouquinho; preferi sair... é, né? Por que moleque... naquela época... vontade dele era brincar, sair. Eu tô vivo até hoje por causa da feira; eu tô comendo aqui até hoje; apesar que a feira hoje... eu recebo um salário de aposentadoria, se eu não recebesse eu tava passando fome porque daqui... não tira mais, não. Era bom aqui na feira [...] Minha mãe dizia e pedia pra eu estudar, mas depois que fica de maior o filho só faz o que ele quer. E dezessete filhos, né? Pra botar régua... hoje não. Hoje o casal... [Sua mãe nunca lhe obrigou a vir pra feira?] (...) Oh, como pobre nós... meu pai era viajante, tinha um caminhão aí ele levava cereais para o Ceará para uma cidade chamada Rússia [referindo-se a Russas/CE]; ele tinha um armazém lá, comprava aqui e levava; ficava lá 15 dias, vinha pra cá

ficava três dias aqui e ia embora de novo. Era assim. Minha mãe foi quem criou os filhos tudinho porque ele vivia... ele trazia o dinheiro. Nunca tive que trabalhar para ajudar em casa [...] A gente dava quando tinha, porque ganhava aí dava, mas não era obrigado. As bananas ... eu levava e os irmãos comia tudo. Não culpo ninguém. Nunca me senti explorado [...] É porque não é se decidir, a gente fica onde a parede escora. Aí achou aqui, o lugar onde o caba tá ganhando um tostão ele vai ficar até morrer, né? (Entrevista concedida por A2 em 8 de maio de 2019)

O narrador fez opção pelo trabalho na feira, como meio de garantir uma colocação profissional, pois a venda de gêneros trouxe um nível de dignidade material. Destacou que, mesmo à revelia dos estudos superiores, tendo por parâmetro a condição de proletarização dos professores da região, quer da rede pública, quer da rede privada, conseguiu um padrão de dignidade material. É reveladora a declaração “a gente fica onde a parede escora” como uma afirmação da autonomia profissional, que rendeu inclusive uma aposentadoria, embora complementada pelos poucos rendimentos atualmente obtidos na feira. Embora o narrador não tenha admitido a necessidade de trabalhar na feira para auxiliar a renda familiar, devemos considerar as demandas presentes em uma família de 19 pessoas, cuja sobrevivência dependia unicamente do salário paterno. Igualmente, destacamos que o narrador mencionou a prática da reciprocidade junto à família sem um rigor formal, mas sugerindo uma via para uma ampliação para uma escala de amadurecimento e de reconhecimento comunitário.

Por sua vez, o narrador A3 reportou-nos a relação com a migração e a vinculação com o trabalho mais acessível: a informalidade na feira. A agricultura suscetível às secas no sertão comprometeu a permanência da família naquelas plagas, razão pela qual buscaram uma vida mais estável em Campina Grande. Deste modo, o senhor A3 nos narrou:

Lá no sertão, eu trabalhava com meu pai na roça, então a gente não tinha essas mordomias que hoje em dia tem, não; então, pra mim foi uma lição de vida, entendeu? [...] Eu vim de família pobre, humilde que gostava de trabalhar, mas meu objetivo sempre foi o comércio; eu sempre gostei de conseguir as coisas, entendeu? Mas eu comecei de criança (Entrevista concedida por A3, em 8 de maio de 2019).

Diante dos limites regionais e materiais, Campina Grande figurou para alguns migrantes como uma terra de promessa, por razões climáticas e de oportunidades. Há décadas destacou-se como uma praça comercial importante, em razão de ser um entroncamento entre o litoral e o sertão, tendo conexões com cidades dos vizinhos estados de Pernambuco e do Rio Grande do Norte. A narrativa do senhor A3 prosseguiu sobre o trabalho, quando criança:

Tenho 64 anos. 40 anos de feira. Minha família é do sertão, de Piancó. Primeiro veio meu tio com a família dele e uma irmã minha; aí, através dessa minha irmã foi que o resto da família veio; a gente morava ali no bairro do Zé Pinheiro, mas só que não tinha isso aqui, não; aí quando eu cheguei aqui em Campina Grande, aí eu trabalhei de balaieiro. Cheguei aqui com 10 anos de idade, mais ou menos. Aí vim direto pra feira; aí trabalhei de balaieiro; 10 anos de idade não pegava aqueles balaies pesados, era cesto, né? Não tinha aquelas cestas, né? Tinha as cestas que o pessoal usava pra fazer a feira e ia deixar no ponto dos ônibus, né? Aí depois fui trabalhar de jornaleiro... É... Quer dizer, vendendo jornal; aí depois voltei pra cá, aí comecei vendendo feijão (...)aí depois foi que eu passei pra carne. Meu tio... Carne...comecei ajudando ele. Ainda hoje trabalha. É... Com três meses aprendi a profissão [...]. Tenho duas filhas; elas me ajudam; tá vindo me ajudar. Estudei pouco, à noite; naquele tempo tinha o MOBRL⁶, né? Você lembra do MOBRL? (Entrevista concedida por A3, em 8 de maio de 2019).

Um aspecto que mereceu destaque nessa entrevista diz respeito ao processo de educação formal, sob políticas estatais voltadas a um público específico: o das crianças pobres, demarcando uma condição de classe e os fundamentos para uma preparação ao trabalho e à urbanidade. De acordo com Conceição (2013):

Essa concepção atingiu o Brasil durante o período de ditadura militar [...], encontrando as condições para sua proliferação e recriação, pois a Doutrina de Segurança Nacional incluía o combate à pobreza e a participação da comunidade na implementação de políticas sociais. Desse modo, obteve-se a ampliação do acesso à educação infantil demarcado pela baixa qualidade e acirramento dos processos de exclusão, pois nascia aí uma educação infantil pobre destinada aos pobres (Conceição, 2013, p.41).

A expansão de políticas voltadas à educação ocorreu em paralelo às memórias presentes na narrativa do senhor A3, que demonstrou um processo gradativo de migração familiar do sertão para o agreste, devido às melhores condições climáticas e de trabalho. A morada foi estabelecida em uma área pauperizada da cidade, atualmente conhecida popularmente como “Zepa”. O bairro Zé Pinheiro é o local de surgimento de um clube de futebol com uma dimensão de pertencimento de classe: o Campinense, que rivaliza com o Treze, clube das classes médias ou altas da cidade. O narrador esclareceu que iniciou a vida laborativa aos 10 anos como carregador de cestos, mas depois passou a vender feijão e, mais tarde, carne. A entrevista apontou à formação de

⁶ O Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) foi criado em 1967 pela Lei 5379 de 1967 com o objetivo de alfabetizar crianças e adultos, mas só teve início em setembro de 1970, chegando a resultados controversos, após altas taxas de evasão e de regressão ao analfabetismo. Sobre o MOBRAL sugerimos a leitura de Andrade (2025).

uma rede de solidariedade de migrantes, comum a outros contextos geográficos, sendo também abordada por um teórico da história oral, Thomson (2002).

A trajetória de A3, migrante de Piancó/PB para Campina Grande após o estabelecimento de um tio na cidade, demonstra como redes de parentesco facilitaram o deslocamento e a inserção no mercado de trabalho local, no caso de uma migração em cadeia. O trabalho infantil na feira associado à baixa escolaridade representou uma válvula de escape diante da pressão imposta pelas dificuldades da agricultura de subsistência. O narrador, quando descreveu a sua trajetória de “balaieiro” para comerciante de carne, inscreveu uma “memória narrativa”, conforme Ricouer (2014). Migrar de Piancó para Campina Grande não foi registrado como um desenraizamento, mas como uma escolha racionalmente feita, que permitiu o progresso material. Mas a memória sobre o MOBRAL revelou o barulho do cadafalso, que demonstrou uma memória da desigualdade, pois aos pobres resta uma educação mínima para o trabalho subalterno.

Dentro de dinâmicas sociais inerentes ao círculo social de apoio e da economia moral, alguns migrantes conseguem obter alguns progressos materiais relativos. Essa condição pode ocorrer em migrações no interior da própria região e, posteriormente, seguir para outras regiões do país, conforme o estudo de Menezes (2002), ou das migrações justapostas, ou seja, para a mesma região e para outras regiões, como no caso da pesquisa de Nogueira (2012). Em um estudo sobre migrantes do agreste paraibano e pernambucano, Fagundes et al. (2023) destacaram:

A migração é a condição social de uma experiência de camponeses imersos a uma situação de ruptura das relações de patronagem/moradores, gerando a constante busca de trabalhos sazonais no interior da região para o sustento familiar. Em casos extremos, esses camponeses partem para o “Sul” em busca por trabalhos, mas quando isso ocorre, geralmente os laços familiares tendem a ser com prometidos, representando uma ruptura com as relações geracionais com o trabalho rural (Fagundes, et al., 2023, p.180).

Retomando a narrativa de A3, que ocorreu dentro da própria região, notamos como essa condição laborativa tendeu a representar uma ascensão social, nos limites da feira, pois a função de carregador pressupõe uma condição social mais frágil. Para os limites do mundo do trabalho na feira, a educação escolar foi elementar, por meio de um programa de alfabetização criado durante a ditadura militar. Notemos, relacionada à discussão sobre os meninos trabalhadores da feira, que data da década de 1970 a estratégia de beneficiamento de empresários da indústria e da agricultura para obtenção

da superexploração da mão de obra no campo, para garantir uma estabilidade econômica da sociedade. De acordo com Neves (2001):

Posto em prática na década de 70 do século findo, mediante subsídios governamentais dos mais diversos, ele, através do desenvolvimento tecnológico, propiciou o aumento da acumulação e a reprodução de massas de trabalhadores precocemente inviabilizados para a atividade laborativa, dadas as condições extremamente adversas da venda da força de trabalho. [...] Para tanto, impôs a residência dos trabalhadores em espaços centralizados, geralmente na periferia das cidades, de modo a facilitar o descontínuo recrutamento. Tais fatores propiciaram então o barateamento do custo da mão-de-obra e impuseram piores condições de reprodução às famílias dos trabalhadores (Neves, 2001, p. 151).

No caso dos estados nordestinos, as atividades econômicas predominantes eram o setor sucroalcooleiro, o turismo e o setor de serviços. Havia esparsos polos industriais. Porém, as cidades de grande ou de médio porte faziam convergir as produções das cercanias para o abastecimento.

Já o narrador A4 declarou um processo de migração familiar de Pernambuco para a Paraíba. A família integrou-se ao trabalho na feira e há três gerações trabalha como açougueiros. Segundo o narrador:

Tenho 71 (setenta e um) anos de idade, estou na feira desde os doze. Comecei com oito; vinha com meu pai ajudar umas besteiras, depois eu comecei a trabalhar para um irmão meu todo tempo, aí numa faixa de vinte anos eu comprei um bancozinho ali e fiquei trabalhando pra mim... até a data de hoje [...] Ele [o pai] cortava carne em Limoeiro [PE][...]. E de lá a gente veio pr'ráqui morar aí numa fazenda de um tio meu; meu pai ficou tomando de conta lá e a gente tudo se uniu ajudando. Daí eu vim morar aqui em Campina [...]. Meu pai sempre vendeu carne lá em Limoeiro e também em Carpina, em Pernambuco e daí a gente veio pr'ráqui tudo pequeno tomar conta dessa fazenda e cortar carne [...] No caso, a gente vinha logo de madrugada e trabalhava com ele até uma faixa de até 11h. Aí de 11h a gente ia pra casa. A escola era lá pertinho aí ia pra escola de... já em cima da hora como se diz. O trabalho não impedia de ir pra escola, não. Por que na hora da escola a gente ia pra casa, tomava banho almoçava e ia... era pertinho. Eu fui somente até o quarto ano. Fazia as duas coisas. Depois não tive mais tempo, não. Fiquei só trabalhando e não tive mais tempo de estudar, não[...]. Nessa época a gente tinha que trabalhar pra ajudar... pra ajudar a família... pai e mãe num deixava filho ficar preguiçoso, não. Eram 11 irmãos; 5 mulher e 06 homem. As menina não trabalharam, não. Teve cinco que trabalharam com carne e teve outro que nunca gostou, não. [...] Fiquei trabalhando com carne até a data de hoje; me casei, tenho 03 filhos; um hoje ainda me ajuda aqui. Com dinheiro da feira casei e criei três filhos [...]. Eles estudaram melhor. Só não se formaram, mas estudaram... Porque tiveram que trabalhar também...segui os passos de meus pais, me criaram assim e

deu certo; as duas moças teve que trabalhar, hoje são casadas. Terminaram o segundo grau [...] É... eu me sinto agradecido, graças a Deus, por eu arrumar o pão de cada dia e viver até hoje, né? (Entrevista concedida por A4 em 8 de maio de 2019)

Como foi destacado pelo narrador, a família era numerosa, sendo constituída por treze pessoas. Os rendimentos eram recebidos pelos genitores, embora o trabalho de cuidar dos animais e dos plantios fosse familiar e coletivo. A necessidade de aquisição de alguns produtos na feira, enquanto havia também o processo de distribuição da produção da fazenda, onde eram empregados, abriu a possibilidade de se radicarem na área urbana. Destacamos ainda que, desde o século XIX, e primeiras décadas do século XX ocorreu um forte controle social sobre os trabalhadores urbanos e rurais para evitar o “trabalho pagão”, que os trabalhadores “vivessem sobre a própria agência” e fossem instados às malhas da proletarização para evitar a vadiagem (Reis, 2019; Paulino, 2020). A falta de ocupação socialmente reconhecida poderia ser criminalizada e resultar em prisões (Teixeira, et al. 2016). Assim, a questão da masculinidade e “do virar homem” tem relação com o mundo do trabalho e o credenciamento informal para constituição de uma nova família, pois no senso comum havia a premissa de que um “bom filho”, “um bom trabalhador” seria, por consequência, um pai de família honrado (Oliveira, 2004).

Diante do processo de mudança para a periferia, tiveram como realizar um ofício já praticado pelo genitor: o de descarnar animais para venda em bancas nos corredores da feira. Dos onze filhos, os de sexo masculino, que eram cinco, se tornaram açougueiros, enquanto uma jovem e cinco irmãos mudaram de trajetória profissional. A narrativa demonstrou que, na dinâmica de reprodução familiar, já são três gerações de trabalhadores com corte de carnes.

A entrevista também apontou para o processo de uma educação familiar rigorosa, devido aos temores inerentes aos assédios de pessoas perigosas em uma cidade de porte maior, pois Campina Grande já possuía uma significativa circulação de migrantes. Esse processo migratório produziu uma tensão social nos bairros periféricos e os problemas de marginalização com ocorrências policiais, como violências em prostíbulos ou espaços voltados para danças⁷, combate às práticas de medicina mágico-religiosas⁸ e controle social sobre os operários do setor calçadista. A ambiência de uma

⁷ O cantor Jackson do Pandeiro imortalizou a memória social de Campina Grande com músicas que mencionavam o forró de Zé Lagoa ou a valentia do Cabo Tenório, que sempre passava nos forrós e brigava com os desordeiros, desarmando-os.

⁸ Uma pesquisa de Sousa (2003) tratou das relações entre as forças da ordem e os diversos transgressores em Campina Grande.

comunidade/sociedade pode ser enriquecida com fontes e documentos diversos para permitir uma análise mais aprofundada. Segundo Portelli (2016), sobre o uso das fontes orais:

Assim como ocorre com todas as outras fontes, a tarefa do historiador reside em fazer o cruzamento das informações, checando cada narrativa contra outras narrativas e outros tipos de fontes. Em segundo lugar, e mais importante os trabalhos em História oral mais avançados criticamente e mais conscientes metodologicamente reorientam essa questão: o que faz com que as fontes orais sejam importantes e fascinantes é precisamente o fato de que elas não recordam passivamente os fatos, mas elaboram a partir deles e criam significado através do trabalho de memória e do filtro da linguagem (Portelli, 2016, p. 17-18).

Ao realizarmos a entrevista com a senhora A5, constatamos um sentido importante para a compreensão de algumas experiências camponesas: o aspecto de uma economia de subsistência, com a possibilidade de venda ou troca de algum excedente com a vizinhança. Conforme a narrativa:

Meus avós já são falecidos, né? Todos os dois, tanto paterno quanto materno. Eles eram agricultores... eu fui nascida e criada na roça, no sítio, sítio Gravatá dos Trigueiras, lá meus pais e meus avós eram agricultores, né? E a gente acompanhava, até os meus 17, 18 anos eu morava no sítio, meu pai botava roçado, eu também, né? Acompanhei, aí depois eu casei, né, e vim morar na cidade. A gente lá no sítio, plantava feijão, arroz, a gente não vendia não, sabe? O que a gente plantava era pra passar o ano todinho, porque naquele tempo não tinha isso não, era naqueles depósito, aí a gente fazia a colheita, milho, feijão, batata doce, verdura... Isso há 40 anos atrás. (Entrevista concedida por A5 em 12 de dezembro de 2017).

A narradora demonstrou a permanência em alguns rincões de elementos similares aqueles mencionados por Antônio Cândido sobre a “cultura caipira”. Devemos, pois, respeitar a distância geográfica com relação ao espaço social e temporal de São Paulo com enleio à discussão proposta por Cândido (2017, p.83), que apresenta as seguintes características: “1) isolamento; 2) posse de terras; 3) trabalho doméstico; 4) auxílio vicinal; 5) disponibilidade de terras; 6) margem de lazer”. Contudo, devemos atentar para similitudes com expressões culturais camponesas em outras regiões do Brasil, devido ao isolamento geográfico e relações comunitárias entre os membros do lugar.

Em outra entrevista, a narradora A6, as estratégias de reprodução camponesa de pequenos agricultores passavam pela lógica de manutenção da família nuclear. Deste modo, as relações familiares e de trabalho foram assim rememoradas:

[...] a lembrança dos meus avós, olhe, são pessoas muito batalhadeiras, mais eram pessoas que... do campo né? Da agricultura, pai plantava é... milho, feijão, mamona, já ouviu falar, né? Maracujá... Isso só da parte do meu pai, então lá no sítio era muito bom, de frutas tinham manga, banana, abacate, laranja, entendeu? Aí tinha muito lá, o nome era sítio Amaro. Isso em Pernambuco, eu sou de pernambucano. Então, meu pai comprou essa propriedade, antes ele foi combinar com meus avós, ele só comprava se eles fossem pra lá tomar de conta, eles concordaram, e então meus avós foram pra lá tomar conta da propriedade, ficaram lá, o sítio com casa boa (...) Meus avós tiveram oito filhos, o paterno. Meus avós maternos eu tenho, mas não lembro tanto, eu não tenho assim tanta lembrança como da parte do meu pai, entendeu? (A6, entrevista concedida em 31 de outubro de 2017)

A relação de manutenção da família nuclear permitiu a formação de um grupo passível de envolvimento no trabalho coletivo, tendo em conta a necessidade de garantir um *locus* de trabalho para todos, assim como uma variedade de gêneros alimentares para o próprio consumo e para, eventualmente, fazer práticas de “vizinhar”, ou seja, alimentar a lógica do dom e do contradom, conforme Mauss (2001). A prática em questão pode ser enquadrada em uma tipologia de lógicas de troca, que não se resumem ao mercado, pois são obrigações totais pautadas pelos atos de dar, receber e retribuir. Essas ações criam e mantêm laços sociais entre solidariedades e hierarquias. A senhora A6 rememorou a dinâmica do trabalho familiar e de agregados deste modo:

[...] eles não tinham esse gosto de estudo na época, era só agricultura. Eram aqueles silos grandes, tudo cheio de alimento, de feijão, milho, jerimum, mamona, maracujá, ele trazia toda semana era três carros carregados de burro ou jumento, trazia pra feira, ele lucrava no maracujá, porque maracujá ele tira toda semana... Então ele tinha uma renda muito boa, meu avô, fazia farinha, entendeu? Lá na casa de farinha lá próximo, eu ajudava também nesse processo, fazia aquele beiju tradicional, entendeu? Então era época de fatura, mesmo, isso no Pernambuco, sítio de Amaro, município de Brejo da Madre Deus, então a gente chegava lá, os trabalhador chegava lá, o café da manhã era que nem o almoço, era cuscuz, batata doce, banana cozida, era macaxeira, entendeu? [...] Tinha aquele pessoal que não lucrava ele dava, dava jerimum, arroz, dava um bocado de feijão, “tem umas mangas? Tem, tire! suba no pé, não derrube as verdes, tire”, era assim, dava banana, leite. Ele não vendia um litro de leite pra quem precisava não, ele dava, “traga seu litrin que eu lhe dou, pra sua nenenzinha” (A6, entrevista concedida em 31 de outubro de 2017).

A dimensão da produção era cercada de aspectos de uma economia de subsistência, que refletiu no sentido de os trabalhadores comunitariamente produzirem vários alimentos e receberem como pagamento os próprios gêneros. As crianças eram integradas ao trabalho, podendo, em alguns intervalos, colher frutas ou alimentar

algumas das criações. Dessas relações, frequentemente, surgiam compadrios em cerimônias religiosas ou, no mês junino, compadrios de fogueira (um rito simplificado entre brincantes das festas de São João). Em outro trecho da entrevista, a senhora A6 destacou:

Meus pais, olhe meus pais são tudo de Pernambuco, meu pai ele é filho do meu avô, né? A minha mãe, minha mãe faleceu muito nova minha mãe faleceu com trinta e três anos, meu pai casou de novo, tenho uma lembrança pouca dela, porque eu era muito pequeno [...] Na época dos meus avós, meus tios, eles não se dedicavam em estudo não, o negócio deles era a agricultura, era, gostava muito e plantava, botava quarteirão grande, era mantimento pra casa, era tudo de muito... Nos silos a gente comprava aqueles venenos pra não dar bicho, quando era um ano que não dava bom de lucro, mais nos silos tinham mantimentos pra se manter. Meu pai trabalhava como vendedor de cenoura, aí ele levava a gente também, a gente já morava na rua, na cidade de Brejo da Madre Deus, eu só ia lá no sítio nas minhas férias, porque eu gostava e ficava lá, entendeu? [...] Assim a gente somos de Pernambuco, de Timbaúba, aí depois a gente veio pra cá, entendeu? [...] Aí pra falar dos meus avós, eu não tenho muita história porque eu não consigo associar a minha vó, e da parte do meu pai, eles são de Esperança (município da região do Brejo paraibano) e foram pra Boqueirão (município próximo a Queimadas), pra o sertão de Boqueirão no sítio Facão (Entrevista concedida por A6 em 31 de outubro de 2017; Idade 47 anos).

A narrativa de A6 apontou para a fertilidade nas terras do agreste paraibano e pernambucano, bem como as relações efetivadas para garantia do sustento da família por pelo menos um ano, através do armazenamento dos alimentos em silos. As memórias da senhora A6 demonstraram como há décadas a produção de pequenos sitiantes foi importante para o abastecimento das feiras regionais, tendo como força de trabalho adultos e muitas crianças, tanto filhos dos sitiantes como filhos dos agregados.

Desse modo, as narrativas de A5 e A6 convergiram para o sentido de uma economia moral e reciprocidades comuns nas áreas rurais do Nordeste. A ajuda mútua e o “vizinhar” fazem parte de associações comunitárias como as disjuntas e os mutirões. A pesquisa de Godoi (1999) demonstra outros exemplos dessas categorias, por meio de um estudo feito no Piauí. Ademais, vale destacar que a relação da teoria da dádiva e o trabalho infantil possui enleios com as narrativas de A2 e de A6, pois no contexto a iniciação do trabalho na infância não é apenas exploração, mas o estabelecimento de uma rede de reciprocidades entre as famílias, a vizinhança e a comunidade. Logo, “os dois cento de banana” recebidos por A2 como pagamento e as frutas e alimentos distribuídos por A6 fazem parte de um sistema de trocas e de reprodução de laços sociais. Dentro dessa lógica também é preciso considerar que nesse espaço social, o trabalho dos meninos é um rito para que se tornem “homens”, enquanto para meninas,

a ausência do trabalho fora de casa ou a restrição ao trabalho doméstico constitui uma forma de “feminilidade”. Portanto, as duas experiências foram forjadas por uma lógica de dádiva e contrapartida que organizam relações familiares e comunitárias.

A construção das narrativas sobre as memórias do trabalho infantil possui um questionamento imanente: como alguns narradores enfatizaram a dimensão da autonomia e da honra, enquanto outros silenciaram sobre algum nível exploratório? Sendo a memória oficial construída com a premissa de que “o trabalho é a melhor escola”, sob o enquadramento do Estado e das classes dominantes agrárias e urbanas, encontramos uma naturalização sobre o trabalho precoce. Contudo, as narrativas dos entrevistados negociam com esse oficialismo, quando se pronunciaram A1 (“Aqui, virei homi”) e A2 (“A gente fica onde a parede escora”). Os narradores construíram uma memória amalgamando dignidade e superação, silenciando sobre a violência e privação de direitos. A memória foi silenciada e enquadrada por esses trabalhadores sobre o trabalho quando crianças. O enquadramento está na memória subterrânea, quando um narrador testemunhou: “Não faltava o que cumê”, mas não menciona a escola ou o lazer. Essas relações foram analisadas em contextos diversos por Pollak (1989; 1992).

A situação de uma fartura nas diversas roças contrasta com os limites interpostos aos camponeses, porque os ganhos eram poucos diante das necessidades educacionais, médicas ou do setor de serviços. Essa constatação na pesquisa permitiu-nos aduzir que existe um espaço cultivado pelas subjetividades quanto aos progressos sociais almejados, “revoluções individuais” na ascensão de classe ou relações similares. Assim, conforme Portelli (1997): “[...] fontes orais contam não apenas o que o povo fez, mas o que queria fazer, o que acreditava estar fazendo e o que agora pensa que fez” (Portelli, 1997, p. 31). Relacionando com as representações coloniais no contexto da invasão do Novo Mundo, refletimos neste caso que as cidades figuram como espectros de um “El Dorado” para os migrantes pobres.

Outro aspecto que precisamos aventar é o do desafio ao pesquisador ante a confiabilidade e a subjetividade das narrativas. O trabalho de campo entre os migrantes nos deu a percepção de que a fonte oral é um processo com filigranas e sutilezas na recordação das memórias dos nossos entrevistados. Como qualquer fonte histórica, demanda o critério do pesquisador diante do esforço crítico e interpretativo. Nessa linha, e procurando um diálogo com Ferreira (2002), salientamos a reflexão da autora, quando destacou:

Essa perspectiva que explora as relações entre memória e história possibilitou uma abertura para aceitação do valor dos testemunhos diretos, ao neutralizar as tradicionais críticas e reconhecer que a subjetividade, as distorções de depoimentos e a falta de veracidade imputada podem ser encaradas de uma nova maneira, não como uma desqualificação, mas como uma fonte adicional para a pesquisa (Ferreira, 2002, p. 321).

A feitura de uma pesquisa com fontes orais tem comumente sido constituída com o suporte de outras fontes, visando ampliar claramente as balizas da confiabilidade entre o crível e o não crível de construções sócio-históricas compartilhadas por coletivos. Por essa razão, podemos considerar como verossímil a mudança de trajetórias de trabalho familiar do campo para ofícios urbanos de baixa escolaridade. Não obstante, os filhos desse campesinato, que se integrou aos trabalhos nas feiras, tiveram como ingressar na idade adulta em outros setores laborativos: comércio, fábricas, “biscaites”⁹ diversos.

Considerações finais

As memórias referentes ao trabalho infantil entre populações rurais e de migração interna nas décadas de 1950 e 1970 foram narradas por trabalhadores idosos, que retomaram as suas trajetórias. As lembranças sobre a infância no campo e o posterior processo de migração para periferias urbanas trouxe possibilidades de enquadramento em ofícios de baixo rendimento. Contudo, a auto exploração e a dedicação às atividades laborativas permitiram que os filhos pudessem alçar posições em espaços proporcionados pela “revolução individual” de processos educativos e de enquadramento em ofícios do setor de serviço.

As faces da exploração do trabalho infantil entre a década de 1950 e 1970 reproduziram práticas exploratórias comuns às da economia moral paternalista no campo (tão comum nos engenhos, fazendas e pequenas propriedades), mormente, se considerarmos a invisibilidade e complementaridade do trabalho infantil nas jornadas junto aos pais. Porém, mesmo nas periferias ou no centro da cidade, a condição da pobreza familiar tende a permitir a adaptação de jovens trabalhadores à condição de carregadores, vendedores, chapeados (carregadores de fardos ou balaies), dentre outros. Diante da cultura jurídica de instar os jovens ao trabalho no corte temporal deste

⁹ Em alguns estados do Nordeste brasileiro, mormente em Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, o bisciteiro é um trabalhador que desempenha funções diversas: podas de árvores, serviços elétricos ou hidráulicos, vigilância noturna, serviços de pintura, dentre outros. É uma espécie de faz-tudo, que fica conhecido nos bairros periféricos pela capacidade de sanar problemas de pequena monta.

artigo, tivemos a permanência da iniciação a diversos ofícios como sendo mais comum entre os pertencentes às classes de trabalhadores rurais e urbanos, herdeiros de secular pobreza. Apenas na década de 1990, com a promulgação do ECA, o trabalho infantil foi alvo de políticas públicas na tentativa de erradicação dessa forma de ocupação, cujos efeitos sociais se mostraram graves. Contudo, partimos de um pressuposto da existência da pobreza rural como um catalisador de formas de trabalho precário entre as crianças e, ainda hoje, essas condições permanecem nos rincões rurais e nas cidades, apesar das ações das Varas da Infância ou do Ministério Público no combate a essas práticas.

Das experiências rurais costumeiras de longa duração na história nacional, criou-se um senso comum sobre o trabalho infantil como uma dimensão educativa, mormente para as classes pauperizadas no campo e na cidade. Essa construção ideológica permitiu, no lastro de uma exploração ligada à primarização, justificar que os filhos dos trabalhadores fossem uma mão de obra suplementar ao trabalho dos pais, conforme a escala regional/local e as dinâmicas de investigação dos órgãos fiscalizadores.

As memórias dos trabalhadores, que desde a tenra infância labutam, demonstraram um campo da História social a ser aprofundado, pois já possuem uma longa duração e se renovam com novos problemas urbanos, a exemplo da permanência de menores nos trabalhos nas feiras, nos depósitos de materiais de construção (nas periferias e nas pequenas cidades), pelas ruas como entregadores em bicicletas (como o esboço local do modelo plataformizado), o assédio de menores pelos traficantes ou agenciadores à prostituição. Esse poderá ser um novo caminho de investigação ante a esses novos problemas relacionados à história da infância na região Nordeste do Brasil.

Referências bibliográficas

ANDRADE, Flávio Anício. Ditadura militar e integração das populações rurais: o Mobral e sua ação social comunitária (Brasil, anos 1970). **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 25, p. 1-23, 2025.

BOMENY, Helena. A educação no segundo governo Vargas. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/Educacao>. Acesso em: 29 maio 2019.

CÂNDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. São Paulo: EDUSP, 2017.

CONCEIÇÃO, Caroline Machado Cortelini. Políticas públicas para a educação da criança pequena: uma análise das décadas de 1970 a 1990. **Jornal de Políticas Educacionais**, n. 13, p. 37-46, jan./jun. 2013.

COSTA, Manoel Augusto. **Migrações Interestaduais no Brasil, 1950/80**. IPEA, 1988.

CUSTÓDIO, André Viana; VERONESE, Josiane Rose Petry. **Crianças esquecidas: o trabalho infantil doméstico no Brasil**. Curitiba: Multidéia, 2009.

DABAT, Christine Paulette Yves Rufino. **Moradores de engenho: estudo sobre as relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na Zona Canavieira de Pernambuco, segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais**. 2003. 742 f. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003.

DEZEMONE, Marcus. A era Vargas e o mundo rural brasileiro: memória, direitos e cultura política camponesa. In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (org.). **Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história**. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2009. p. 73-98.

DREIFUSS, René Armand. **1964: A Conquista do Estado – Ação Política, Poder e Golpe de Classe**. Petrópolis: Vozes, 1981.

DÍAZ, Simón. Tonada de luna llena. In: _____. **Simón Díaz y su música**. Caracas: [Editora], 2005. 1 CD (aproximadamente 60 min.). Disco 1, faixa 3.

FAGUNDES, Francisco et al. Memórias e trajetórias sociais de famílias faccionistas do agreste paraibano e pernambucano. **Revista Direitos, Trabalho e Política Social**, Cuiabá, v. 9, n. 16, p. 171-209, jan./jun. 2023.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História, tempo presente e história oral. **Topoi**, Rio de Janeiro, p. 314-332, dez. 2002.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano: O Tempo da Experiência Democrática – da Democratização de 1945 ao Golpe Civil-Militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (Coleção O Brasil Republicano, vol. 3).

GODOI, Emília Pietrafesa de. **O Trabalho da Memória: Cotidiano e História no Sertão do Piauí**. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

JACKSON DO PANDEIRO. Cabo Tenório. In: _____. **Sua Majestade - O Rei do Ritmo**. [S. l.]: Beverly, 1960. 1 LP (aproximadamente 40 min.), monoaural. Lado A, faixa 3.

KARSBURG, Alexandre de Oliveira. Escalas, narrativas e fontes na história. In: VENDRAME, Maíra Ines; KARSBURG, Alexandre; WEBER, Beatriz; FARINATTI, Luis Augusto (Org.). **Micro-história, trajetórias e imigração**. São Leopoldo: Oikos, 2015. p. 32-52.

LINHART, Robert. **O açúcar e a fome: pesquisa nas regiões açucareiras do Nordeste brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

MADEIRA, Felícia R.; SINGER, Paul. **Estrutura do emprego e trabalho feminino no Brasil: 1920-1970**. São Paulo: Brasiliense, 1975.

MARTINS FILHO, João Roberto (Org.). **Os militares e a crise brasileira**. São Paulo: Alameda, 2021.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva**. Lisboa: Edições 70, 2001.

MENEZES, Marilda Aparecida. **Redes e enredos nas trilhas dos imigrantes: um estudo de famílias de camponeses-migrantes**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará; João Pessoa: EDUFPB, 2002.

MONTENEGRO, Rosilene Dias. História e imaginário nos anos 1950, em Campina Grande. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 22., 2003, João Pessoa. **Anais** [...]. João Pessoa: ANPUH, 2003. p. 1-4. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548177542_c3fb4ce032abb8da175cc7affdb3dac1.pdf. Acesso em: 23 fev. 2025.

NEVES, Delma P. A pobreza como legado: o trabalho infantil no meio rural da sociedade brasileira. **Revista de História Regional**, v. 6, n. 2, 2001. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/rhr/article/view/2136>. Acesso em: 16 jul. 2023.

NOGUEIRA, Verena Sevá. Sair para o café: uma etnografia do processo migratório em famílias camponesas. In: TEIXEIRA, Paulo Eduardo; BRAGA, Antonio Mendes da Costa; BAENINGER, Rosana (Org.). **Migrações: implicações passadas, presentes e futuras**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 187-208.

OLIVEIRA, Pedro Paulo de. **A Construção Social da Masculinidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.

PAULINO, Silvia Campos; OLIVEIRA, Rosane. Vadiagem e as novas formas de controle da população negra urbana pós-abolição. **Direito em Movimento**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 94-110, 1º sem. 2020.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. **Projeto História**, São Paulo, n. 14, p. 25-39, fev. 1997.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta**. Tradução de Ricardo Santhiago. São Paulo: Letra e Voz, 2016. (Coleção Ideias).

REGINA, Elis. Menino das laranjas. Rio de Janeiro: Philips, 1965. 1 compacto simples (45 rpm). Lado A, faixa 1. Contém: Menino das laranjas (Theo de Barros) / Quando o sol nascer (Renato Teixeira, Zé Maria). Composição de Théo de Barros.

REIS, João José. **Ganhadores: a greve negra de 1857 na Bahia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RIBEIRO, Vanderlei Vazelesk. Cartas ao Presidente Vargas: outra forma de luta pela terra. In: MOTTA, Márcia; ZARTH, Paulo (org.). **Formas de resistência camponesa:**

visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2008. v. 1: Concepções de justiça e resistência nos Brasis. p. 53-72.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** Campinas: editora Unicamp, 2014.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A Institucionalização de Crianças no Brasil: Percursos Histórico e Desafios do Presente.** São Paulo: Loyola, 2004.

ROJAS, Miguel. **Yo no estoy listo.** Intérprete: Miguel Rojas. YouTube, 28 jan. 2022. 1 vídeo (3m03s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=APEFK6zIYYs>. Acesso em: 24 set. 2025.

SILVA, Hilmaria Xavier. Experiências urbanas: migrantes e modos de viver e trabalhar na periferia de Campina Grande na década de 1960. **Revista História e Cultura**, Franca-SP, v. 1, n. 2, p. 89-102, 2012.

SOUSA, Fabio Gutemberg Ramos Bezerra de. Cartografias de agricultores e curandeiros na cidade: Campina Grande - 1930-1945. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, [S. l.], v. 22, n. 2, p. 60-72, 2004. DOI: <https://doi.org/10.37370/raizes.2003.v22.221>. Disponível em: <https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/221>. Acesso em: 23 set. 2025.

TEIXEIRA, Alessandra; SALLA, Fernando Afonso; MARINHO, Maria Gabriela da Silva Martins da Cunha. Vadiagem e prisões correcionais em São Paulo: Mecanismos de controle no firmamento da República. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 58, p. 381-400, maio-ago. 2016.

VALE, João do. Minha história. In: _____. **João do Vale**. [S. l.]: CBS, 1981. 1 LP, 33 1/3 rpm, estéreo (aproximadamente 40 min.). Lado A, faixa 1. Composição de João do Vale e Raymundo Evangelista.

VELOSO, Caetano. Lamento borincano. In: _____. **Fina estampa**. São Paulo: PolyGram, 1995. 1 CD (aproximadamente 55 min.). Faixa 7. Composição de Rafael Hernández.

Fontes orais

- A1. Entrevista concedida a Annahid Burnett. Local, 8 de maio de 2019.
- A2. Entrevista concedida a Annahid Burnett. Local, 8 de maio de 2019.
- A3. Entrevista concedida a Annahid Burnett. Local, 8 de maio de 2019.
- A4. Entrevista concedida a Annahid Burnett. Local, 8 de maio de 2019.
- A5. Entrevista concedida a Annahid Burnett. Local, 12 de dezembro de 2017.
- A6. Entrevista concedida a Annahid Burnett. Local, 31 de outubro de 2017.